

“Estudar hidráulica” – uma nota em tempos de pandemia¹

Paulo Ferreira da Cunha²

Estamos certamente um pouco (ou muito) fartos de comentários rebarbativos, pleonásticos, inconsistentes. Isso já de antes da crise do vírus. Acrescentar mais um não será, não apenas improfícuo, como até contraproducente? Pensamos nisso. Porém, como será curto, grande mal não poderá fazer.

Temerários serão ainda concretos prognósticos sobre o nosso futuro sob o signo da pandemia que nos assaltou, *como um ladrão na noite*. Poderá, contudo, avançar-se que mudanças significativas deverão ocorrer na sequência da pandemia de 2020, do *Corona vírus*.

As alterações no quotidiano, pelo menos das pessoas conscientes (espera-se que as mais inconscientes – e tem havido algumas – sejam travadas, no limite por ações de polícia, com a firmeza e a brandura adequadas, com equilíbrio) e nos países mais previdentes, já fazem antever que não serão só rotinas e modos de sociabilidade a mudar, pelo menos durante um certo tempo – mas sabe-se lá até quando. Poderá ser muito alargado o período em que a normalidade se interrompe. Quando será que a “natureza” (e a cultura), retomarão “os seus direitos”? Quantos de nós se não terão já interrogado se não estaremos num filme de ficção científica.

Será este tempo um ponto de clivagem na História? Será que finalmente os Historiadores mais afeitos às cronologias e às catalogações periodológicas terão a grande razão para acabarem com a chamada “Idade Contemporânea” e passarem a inventar uma nova idade? Desde que não lhe chamem, como tantos sem imaginação têm feito para outras coisas, “pós-contemporânea”...

Tudo isso não é muito importante. O que urge é pensar como se poderá reinventar a Humanidade neste meio-tempo, e se será necessário, depois de passado o perigo, promover mudanças profundas.

Há, assim, que *aproveitar a quarentena*. Do mesmo modo que uma pena de prisão não deveria ser apenas uma excomunhão (porque ex-comunicação) do mundo social, mas um tempo dado ao recluso para repensar a sua vida e (re)tomar um reto caminho (com vista à sua ressocialização), agora também a Humanidade confinada, acantonada, tem uma oportunidade de, sem entrar em pânico, sem se afundar na angústia depressiva, avaliar o rumo de destruição, desperdício, desgaste, futilidade, em que estava aturdida. É um tempo em que se deve aproveitar para repensar a nossa ressocialização. E não é apenas a predação sem freio de recursos, a poluição, e outros grandes erros ambientais e afins. É a cosmovisão de pressa, de lucro, de sofreguidão, de acumulação, de materialismo. É o desperdício dos afetos necessariamente consumidos com a crónica pressa, com a inevitável falta de tempo. Seria irónico, mas elucidativo (e espera-se que uma lição), que agora, à distância, por telefone, Skype, WhatsApp, sabe-se

¹ O presente artigo tem algumas intertextualidades com o final do nosso livro *Filosofia do Direito e do Estado*, Coimbra, Almedina, no prelo, um artigo quase homónimo para o jornal “As Artes entre as Letras”, e um artigo no sítio da Livraria Almedina Editora. Cada texto, porém, possui a sua feição própria conforme o seu destinatário e o contexto em que se insere. A todos os diretores editoriais se agradece.

² Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (suspensão devido ao exercício daquele primeiro cargo).

lá como, acabássemos por contactar mais, estar mais, com os nossos amigos, familiares, todo aqueles a quem esquecemos quase... e a quem contudo queremos.

No mínimo (mas há muito mais a pensar e a fazer), a situação de perigo (em muitos casos infelizmente concretizado) perante um flagelo, que a todos sem distinção atinge, certamente poderá alertar algumas consciências, fazendo compreender a importância da humildade e da solidariedade. O *salve-se-quem-puder* da ideologia da ganância, do triunfo a todo o preço, dividindo o mundo entre os *winners* e os *losers*, não funciona *mesmo* quando a doença não escolhe ricos ou pobres. E todos os nacionalismos, xenofobias, segregacionismos de género, racismos e afins são obviamente surpreendidos e derrubados por uma praga que atinge todos os seres humanos, sem desinências ou distinções.

Grande lição é a da necessidade social imperiosa de o Estado ter um papel decisivo na saúde e noutros domínios de segurança básica e de sobrevivência dos cidadãos. O Estado não pode ser demissionário, com intervenção robusta apenas para salvar Bancos e pouco mais (e é importante, socialmente salvar alguns bancos, certamente: mas não chega e dá um sinal de socialização das perdas e privatização dos ganhos). Não pode ser um Estado qualquer: deve ser um Estado Constitucional. Ora, como diria Peter Haeberle, seria um Estado de direito, democrático, social, de cultura. E acrescentamos (embora esteja, cremos, implícito nesta teorização): Estado ecológico, civilizacionalmente avançado, ativo, dialogante, participado, pluralista.

Não se tenham, porém, ilusões sobre a capacidade de resposta de tal Estado: tem de estar dotado de autoridade democrática, mecanismos de decisão e de poder, e na posse de meios essenciais de ação, desde logo de gestão, propriedade e liquidez. Reforcemos um dos elementos da delimitação do *quid* pelo famoso constitucionalista alemão: estamos a falar de um Estado social. Ou seja, um Estado que não abandona os cidadãos à sua sorte.

Perante esta catástrofe coletiva, o discurso individualista, egoísta, elitista encontra uma sua cabal e dramática refutação. Os países não suficientemente equipados de estruturas sociais sanitárias vão, infelizmente, dramaticamente, sofrer muito mais. Em contraponto, veja-se, neste momento, o que está a ocorrer com os números de mortos na Alemanha bem protegida e que injetou milhões no ataque a esta crise sanitária mesmo com países do sul da Europa que desinvestiram fortemente nos últimos anos na Saúde (não se necessitando de comparações com países de fraquíssimo escudo sanitário “por tradição”). A menos que se encontrem formas criativas e seguras de luta nesses países abandonados por Estados demissionários, a menos que se gerem, nomeadamente, correntes de solidariedade privadas de grandes mecenas (oxalá!), a falta de meios, muitas vezes aliada à falta de sensibilização popular para os perigos parece ser uma combinação explosiva. Há, contudo, uma esperança na capacidade de auto superação dessas sociedades, habituadas a inventar para sobreviver. Mas a solidariedade internacional pode e deve manifestar-se. Um dos perigos atuais é o do isolacionismo, cuidando alguns que tudo se resolve com a panaceia do “fechar fronteiras”, cercar populações de cordões sanitários, etc. Algumas medidas podem ser ou vir a ser necessárias. Ora, o abraço global, ainda que virtual, é possível e é necessário. Ainda que não estivéssemos todos no mesmo barco. E estamos.

A complexidade e magnitude desta ameaça mostra à evidência mais gritante que há setores básicos que precisam de ter uma forte, coerente, robusta, coordenada e financiada resposta pública. Alguns parecem converter-se agora aos Serviços Nacionais de Saúde. Antes tarde que nunca. O problema foi o depauperamento desses serviços por uma obsessão ideológica ou, pior, por mero descaso pelos outros. “Quem quer saúde, paga” – era um lema que gostavam de repetir pessoas bem na vida, com recursos para a pagar. Ou então pessoas ideologicamente dependentes, quiçá

considerando que esse tipo de ideias as fariam “subir na vida”. Também existe, pelas “leis da imitação” de Gabriel de Tarde, um mimetismo social ascendente no “mercado das crenças” (para usar a expressão de Eduardo Giannetti).

Negar a necessidade do Público (não, evidentemente, como dédalo coletivista, antes como expressão organizada da Solidariedade), designadamente em nome de teorias abstratas de “liberdade” (realmente libertina) de mercados (liberdade que apenas a muito poucos aproveitou e já muitos levou à miséria – não se discutindo, porém, se “regulada”, porque essa é benéfica), é no mínimo uma falácia, que fica demasiado à evidência em tempos de generalizada vulnerabilidade, e especialmente dos mais débeis em todos os sentidos. Dos quais todos precisamos. Recordamos sempre o Preâmbulo da Constituição suíça: “sabendo que só é livre quem usa da sua liberdade e que a força de uma comunidade se avalia pelo bem-estar do mais fraco dos seus membros...”. É do que hoje se trata: como vamos poder dar a mão e uma palavra de conforto e carinho aos mais fracos entre nós.

Coloca-se ainda com muita acuidade a questão, clássica mas com novos contornos, do ponderar, de forma concreta e não teórica apenas, entre liberdade e segurança. Mas obviamente que, em tempos de especial emergência, a liberdade mais “superficial”, e designadamente lúdica ou do capricho, tem de ser ordenada ao bem comum: *salus populi suprema lex est*. Foi chocante ver jovens organizando festas temáticas desafiando o vírus, como é chocante (mas por outras razões) ver que há quem tenha feito manifestações (ou “passeatas”) contra ele, ou (por outras razões ainda) grupos de pacatos velhinhos jogando as cartas ou o dominó no seu jardim soalheiro de sempre. Nenhum destes casos pode repetir-se nesta fase de guerra.

Porque uma pandemia, qualquer catástrofe natural alargada (terramoto, erupção vulcânica, etc.) é muito equiparável à guerra. Ou pior. É certamente pior. Aqui o inimigo é invisível, reproduz-se sem cessar, somos seus aliados involuntários... E por isso não se nos afigura haver qualquer problema em, *mutatis mutandis* (sublinhe-se o *mutatis mutandis*), aplicar com razoabilidade normas pensadas para uma à outra.

Uma das coisas que as situações de calamidade devem propiciar é uma redescoberta do que é elementar, do simples, do vital. Ora, de entre estas coisas está o bom senso. É verdade que crises deste género podem levar (oxalá não) a loucuras coletivas, como corridas a hipermercados, e outras manifestações de medo. Mas também são oportunidade para não complicar a vida, para depurar a existência, para abrandar o ritmo (muito, no caso). Isto, também, ao nível intelectual e, naturalmente, também jurídico. Perante a ingência do mal que temos pela frente, modismos, esquisitices, lateralismos, suscetibilidades, deveriam dar lugar a uma união pela sobrevivência. E não é apenas a concórdia entre partidos ou clubes de futebol, ou a oração mais que ecuménica entre crenças. É a paz social mais profunda entre grupos e ideias que se guerreiam (por vezes por questões tão mesquinhas, que lembram as ficionadas nas *Viagens de Gulliver* sobre os ovos). É, enfim, a necessidade de se entender que não existem, como tantos encarniadamente veem insistindo, apenas, nem fundamentalmente este e aquele grupo (dito hoje “identitário”) mas, antes de mais, a Humanidade. E que depende da salvação geral a salvação desse e daquele grupo, desta e daquela pessoa em concreto. Oxalá esta lição pudesse ser rapidamente compreendida.

Voltando ao Direito. Tem é que se acautelar (como fazem várias Constituições) um círculo essencial de direitos, mesmo em caso de ser decretado algum dos *estados de exceção*. No caso português, tal está a ser cuidado, desde que se decretou o estado de emergência. Nesta, como em muito mais matérias, a grande questão é de ponderar o bom senso e a capacidade de rasgo imaginativo e de decisão

(isso distingue os estadistas dos políticos *tout court*), com um amor genuíno à liberdade, direitos e bem-estar do Povo. E, no limite, à sobrevivência geral, que não se confunde com uma estrita Arca de Noé, como no filme *2012* (Roland Emmerich, EUA, 2009).

Socialmente, avulta a oportunidade de que as quarentenas talvez possam propiciar a alguns mais tempo, para si e para as famílias. Oxalá o aproveitemos bem.

Outra questão a ponderar: até que ponto a pandemia e as *fake news* não poderão contribuir para o agigantar de fantasmas e o renascer de monstros ou demónios?

Já em 2013 Jean-Claude Juncker dizia que estes apenas se encontravam adormecidos. Desde então, o seu sono está menos profundo. Uma situação de grave crise multidimensional é certamente um fator catalisador de tentações anticonstitucionais.

Vetor do florescimento desta perversão do sistema será o *deficit* de educação política, cívica e mesmo cultural geral, de que as democracias em grande medida se foram demitindo pela prevalência do economicismo e do eleitoralismo.

Acresce a degradação das condições sociais e económicas de grandes camadas da população, as quais perderam a fé e a esperança em movimentos reformistas inseridos no sistema, podendo lançar-se nos braços do oportunismo demagógico. Nem sequer se apercebendo, frequentissimamente, da sua natureza ideológica.

Agindo, assim, muitas vezes, como mero protesto contra a sua situação de vida degradada, quando não mesmo degradante. E culpando a torto e a direito, com ou sem razão, todas as instituições. Nada escapando a uma crítica tão demolidora quão desesperada, de que as redes sociais, desde logo, se vão fazendo um agigantado eco.

A dúvida subsiste, em casos de sociedades que já fizeram opções (majoritárias) pela demagogia: até que ponto a crise que vão duramente enfrentar revelará a incapacidade do populismo lidar com a realidade, e pior ainda, com uma realidade deste jaez? Será a pandemia uma oportunidade para “caírem na real”? Ou novos populistas poderão apelar os anteriores, numa espiral sem fim?

Entretanto, em todos os países, há um remédio social fundamental e inesgotável para a situação: cada um faça o seu dever, cada um fique no seu posto. Cada um procure, com a especial prudência que esta situação requer, ajudar o próximo (que agora deve estar a uns metros, no contacto social). Quando cada um faz o que deve, talvez um pouco mais do que deve, agiganta-se a solidariedade geral e cria-se um fenómeno social de dinâmica positiva.

Na frente de combate estão os profissionais da saúde, os bombeiros, os polícias, os militares... Mas também os políticos, os que mantêm a Administração Pública e a Justiça a funcionar. E não nos esqueçamos dos trabalhadores que, nos seus postos de trabalho ou em casa, mantêm as sociedades vivas. Professores e Estudantes continuam as aulas, editores continuam a publicar e autores a escrever. Podemos aprender em casa, ouvir música, ler, aprender, fazer ginástica, dançar, cantar (até à janela, como os Italianos), fazer compras *online* (embora com entregas por vezes demoradas – preparemo-nos), e não estamos à mercê do crime. A todos, naturalmente, mas antes de mais aos primeiros, se deve tributo pela sua dedicação e tenacidade heroicas. E a vida continua.

É precisa muita imaginação e clarividência para dar uma resposta a todos estes desafios e por isso, como dizia Chesterton, há que *estudar hidráulica enquanto Roma arde*.

Recebido para publicação em 19-03-20; aceito em 22-03-20